

Data: 14-09-2018 14:08:21



**Título do Artigo :** A luta pelo direito à cidade na Região Metropolitana do Rio: os casos de Vila Autódromo e Castro Alves.

**Vinculado a ação :** A Universidade e o direito à cidade: acompanhando e mapeando os conflitos.

**Área Temática :** Direitos Humanos e Justiça

**Modalidade :** Apresentação Oral de Artigo

---

### 1. COORDENADOR DA AÇÃO DE EXTENSÃO

Nome: Glauco Bienenstein E-mail: gb@id.uff.br  
 Telefone:  
 Celular: (21)9876-73537 Departamento: TAR

---

### 2. EQUIPE INTEGRANTE DO ARTIGO

01-	Glauco Bienenstein	Docente	Autor
02-	Fernanda Costa Frias	Aluno bolsista	Relator/Autor
03-	Ana Clara Aguiar Maciel	Aluno bolsista	Autor
04-	Marcele Gualberto Gomes	Aluno não bolsista	Autor
05-	Daniel Mendes Mesquita de Sousa	Outros	Autor
06-	Regina Bienenstein	Docente	Autor

---

### 3. ARTIGO

#### Resumo:

O Fórum de Luta pela Moradia (Niterói e São Gonçalo) e o Conselho Popular (Rio de Janeiro) são espaços de participação e de discussão oriundos da união de moradores de comunidades, ocupações, periferias, líderes comunitários, estudantes, técnicos e apoiadores da luta pela moradia. O acompanhamento de tais conselhos, foi observado como a questão da habitação é tratada pela gestão pública nas cidades do Rio de Janeiro e de Niterói. As visitas técnicas e o contato direto com os moradores permitiram a caracterização das comunidades envolvidas na luta pela moradia e mapeamentos do território das mesmas, o que permitirá a análise dos seus conflitos. Comparar a realidade dos dois municípios partindo da experiência vivenciada na comunidade de Vila Autódromo, no Rio de Janeiro, e Castro Alves, em Niterói, exemplificam a questão da luta pelo direito à moradia nos dois municípios, abrindo o debate sobre as questões políticas voltadas à habitação social nesses municípios.

---

#### Palavras chave:

Conflitos, Rio de Janeiro, Luta pela Moradia

---

#### Abstract:

The Forum de Luta pela Moradia (Niterói and São Gonçalo) and the Conselho Popular (Rio de Janeiro) are spaces of participation and discussion stemming from the union of residents of communities, occupations, community leaders, students, technicians and supporters of the struggle for

housing. The follow-up of such councils led to the observation of the issue of how housing is treated by public management in the cities of Rio de Janeiro and Niterói. The technical visits and direct contact with the residents allowed the characterization of the communities involved in the struggle for housing and mapping of their territory, which will allow the analysis of their conflicts. Compare the reality of the experience lived in the community of Vila Autódromo, in Rio de Janeiro, and Castro Alves, in Niterói, will exemplify the issue of the fight for housing in both municipalities, opening the debate about the distinctions observed in the policies aimed at the social housing in this cities.

---

**Key Words:**

Conflicts, Rio de Janeiro, Struggle for housing.

---

**Introdução (Justificativa, o Problema, Objetivos - geral e específicos):**

Neste artigo, busca-se apresentar um panorama das políticas urbanas e habitacionais adotadas na região metropolitana do Rio de Janeiro nos últimos anos, dando enfoque às cidades do Rio de Janeiro e Niterói. A partir da experiência vivenciada nas comunidades de Vila Autódromo e Castro Alves (localizadas no Rio de Janeiro e em Niterói, respectivamente), é possível analisar as distinções na problemática do direito à moradia, explorando também os históricos de atuação dos conselhos populares de cada uma dessas cidades, os principais conflitos que têm emergido a partir das demandas das comunidades e ocupações aqui estudadas. A metodologia de pesquisa tem no acompanhamento do Fórum de Luta pela Moradia, FLM (Niterói e São Gonçalo), e do Conselho Popular (Rio de Janeiro), no bojo do projeto de extensão intitulado “A Universidade e o direito à cidade: acompanhando e mapeando os conflitos”, sua principal orientação, por meio do qual tem sido possível estabelecer um diálogo com os moradores que, por sua vez, têm subsidiado a elaboração de mapeamentos, históricos de suas comunidades - em conjunto com percepções individuais e coletivas a partir de visitas técnicas, entrevistas com líderes comunitários, debates em diferentes grupos, seminários e artigos acadêmicos. A partir da análise do material que tem sido produzido, pretende-se apresentar apontamentos sobre o que são os movimentos populares na luta pela moradia e os desafios por eles vivenciados hoje nos municípios do Rio de Janeiro e Niterói. Portanto, serão relatadas e comparadas as políticas vinculadas à temática da habitação social nas duas cidades, através de estudos de caso — Vila Autódromo e Castro Alves —, e a interferência dessas decisões governamentais na população de baixa renda.

---

**Desenvolvimento com Fundamentação Teórica:**

O panorama da política metropolitana do Rio de Janeiro vem apontando para o acirramento das políticas de remoção. A despeito do arcabouço jurídico que trata da habitação de interesse social, inscritas na Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Cidade (Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001). Somente para realização dos Megaeventos (Copa do Mundo e Olimpíadas), foram removidas cerca de 80 mil pessoas, segundo o “Guia para jornalistas e comunicadores: Violações de Direitos na Cidade Olímpica” de 2016. Diante disso, é importante pontuar como se apresentam tais conflitos hoje na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Enquanto a cidade é um ambiente permeado por disputas diversas, uma vez que é composta por uma multiplicidade de grupos, o conflito tem por base a disputa de uma ação coletiva com outro grupo, buscando o direito à cidade (aí incluído o direito à moradia). Neste contexto, nasce em 2007, o Conselho Popular do Rio de Janeiro, como um movimento para auxiliar nas lutas do direito à moradia. Uma iniciativa dos moradores em parceria com a Pastoral de Favelas e outras entidades. Através de reuniões, audiências e atos públicos, as comunidades realizam suas reivindicações, de forma articulada com o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria do Rio de Janeiro (NUTH). Um exemplo emblemático desta luta ocorreu em 2013, com a proposta (em reunião do CP) de elaborar um plano popular de resistência para Vila Autódromo, com orientação técnica do ETTERN/IPPUR/UFRJ e do NEPHU/UFF. O Plano Popular de Vila Autódromo (PPVA) trazia alternativas nas áreas de habitação, saneamento, transporte, acesso a serviços públicos e comunicação, tendo sido elaborado com participação ativa dos moradores, respeitando as relações existentes no lugar e as áreas de preservação ambiental. A comunidade de Vila Autódromo surgiu entre as décadas de 60 e 70 a partir de pescadores que se instalaram às margens da Lagoa de Jacarepaguá, num período em que o crescimento da cidade do Rio de Janeiro ia em direção à região da Barra da Tijuca. Apesar do conflito na comunidade de Vila Autódromo ter chegado ao seu ápice devido aos projetos relativos à Cidade Olímpica, as ameaças de remoção já existiam desde 1992 com

alegações de danos estéticos, visuais e ambientais, que serviam de falsa justificativa para abrir caminho para o capital imobiliário. Portanto, desde essa época a comunidade resiste, mesmo com infraestrutura precária, tendo conquistado suporte jurídico para sua permanência (Concessão de Uso Real por 99 anos); a Câmara Municipal do Município do Rio de Janeiro decretou parte da comunidade Área de Especial Interesse Social por meio da Lei Complementar nº 74/2005 (BIENENSTEIN, R., 2107). O PPVA, mesmo com custos de execução — avaliados em torno de R\$13,5 milhões, enquanto os custos do projeto proposto pela Prefeitura estavam em cerca de R\$ 48 milhões — e produção de espaços úteis e confortáveis para os moradores, foi rejeitado pela Prefeitura do Rio de Janeiro sucessivas vezes (BIENENSTEIN, R., 2017). Esta pressionava os moradores para deixarem a comunidade e os aterrorizava com ameaças e desvalorização do território (devido às demolições e restos de entulho deixados propositalmente pela prefeitura). Essa situação e o cenário criado por ela fez com que algumas pessoas acabassem deixando a comunidade. Apesar da situação insustentável, o Plano se adequava às mudanças que ocorriam no espaço da comunidade continuamente e algumas famílias continuaram resistindo. O caso de Vila Autódromo foi de grande visibilidade nacional e internacional, o que adicionava ainda mais pressão na Prefeitura. Assim, em 2016 deu-se início as obras necessárias à permanência das famílias restantes em Vila Autódromo, porém até hoje não receberam o “Habite-se” (documento da prefeitura que autoriza a moradia nas edificações). Em Niterói, o FLM surge em 2017, durante a discussão do Plano Diretor da cidade de Niterói, em que moradores de comunidades estavam insatisfeitos com a representação da Federação das Associações de Moradores de Niterói. Esses moradores enfrentaram o poder executivo durante as assembleias organizadas para debater o Plano Diretor, exigindo a demarcação de AEIS — que a prefeitura não tinha interesse em realizar — e a gestão e produção de Habitação de Interesse Social (HIS). O FLM é composto por diversas comunidades e tem auxílio técnico da Universidade através do Programa associado ao NEPHU. Trataremos da comunidade denominada Castro Alves, que participa do FLM, localizada no Fonseca. Surgiu em meados da década de 80, formada por cerca de 60 famílias, em sua maioria vindas do Norte. Hoje residem cerca de 600 famílias. O bairro do Fonseca, primeira área de expansão da cidade, é composto em sua maioria por moradores de classe média e possui uso predominantemente residencial, além de ter diversas comunidades reconhecidas no Plano Diretor de Niterói. Apesar de ser um bairro considerado como urbanizado e valorizado no ambiente da cidade, ainda há casos como o da comunidade de Castro Alves. Os moradores relatam que a comunidade ainda carece de serviços de base como água, saneamento e iluminação adequados. Já ocorreram também deslizamentos graves na região, abalando as casas mais instáveis da comunidade, especialmente aquelas instaladas na margem de proteção da rodovia RJ-104. Esse cenário demonstra a invisibilidade dada a esse tipo de assentamento, o que leva os moradores a buscar melhorias para o espaço sem auxílio governamental. As escadas (diversas, devido a sua característica topográfica), a rede de esgoto e a rede elétrica — hoje já deterioradas pela ação do tempo e falta de manutenção — foram feitas pela própria comunidade na década de 1990, mesma época que o NEPHU produziu projetos para a comunidade junto à Associação de Moradores de Castro Alves. Além do visível descaso do município perante essas questões, a comunidade não possui o título de posse da terra e não é delimitada como AEIS.

---

### **Metodologia:**

Para desenvolver uma análise crítica dos 2 assentamentos que configuram os estudos de caso aqui discutidos, buscando elaborar um quadro geral do que ocorre no Rio de Janeiro e em Niterói, num primeiro momento foi necessária uma fundamentação teórica dada a partir de textos acerca da luta pelo direito à moradia, conceituação do que vem a ser conflito, memórias da cidade e cartografia social. Graças às reuniões periódicas da equipe assim como dos debates acerca dos textos lidos, foi possível uma troca de experiências para que o projeto se desenvolvesse. Vale ressaltar a importância das visitas técnicas às comunidades e do acompanhamento do Fórum de Luta pela Moradia e do Conselho Popular, o que foi de fundamental importância para a elaboração dos dados e posteriores análises realizadas. Por meio de entrevistas com os moradores foram traçados os perfis históricos e as demandas das comunidades aqui comparadas, além dos seus respectivos mapeamentos, subsidiando o estudo das semelhanças e diferenças dos conflitos existentes nos dois locais. Além disso, as reuniões dos conselhos possibilitaram o acompanhamento das demandas imediatas das comunidades durante o processo de trabalho, o que trazia novas perspectivas e modificações ao longo da experiência. Assim, foi possível construir uma análise acerca de duas óticas de ação no que se refere aos conflitos em 2 cidades do estado Rio de Janeiro de hoje, ou seja, Niterói e Rio de Janeiro.

### **Resultado com Discussão:**

No contexto da construção da Cidade Olímpica, na gestão do prefeito de Eduardo Paes, as remoções se intensificaram, sendo Vila Autódromo exemplo emblemático dessa política. A prefeitura do Rio de Janeiro — tanto na gestão de César Maia e Eduardo Paes quanto no atual governo de Marcelo Crivella —, faz constantes ameaças de remoção (a mais recente, através do decreto nº 44557 16/05/2018, que institui um grupo de trabalho para tratar as ocupações irregulares. Vale destacar que tal grupo não é composto de nenhum representante popular e cita possíveis “realocações”). Dito isto, o senso comum que caracteriza o Rio de Janeiro como a “cidade maravilhosa” perde o sentido. O espetáculo promovido através da mídia e no mercado do turismo destoa completamente da cidade injusta e violenta que está por trás do embelezamento colocado como fachada. A cidade de Niterói tem o maior IDH do Estado, possuindo 93% de sua área com saneamento básico (IBGE). Além disso, é a cidade com maior número de obras do Niemeyer (depois de Brasília), tornando-a uma “cidade cartão postal”. No entanto, também tem 40 mil moradias em condições precárias e, até o presente momento, não há uma política habitacional claramente delineada, não esquecendo de mencionar que cerca de 7% de moradias (IBGE) encontra-se sem saneamento básico, como é o caso da comunidade de Castro Alves que canaliza de forma precária seu próprio esgoto. A falta de urbanização de seu território obriga os moradores a tomarem providências para melhoria do espaço e, além disso, por não possuírem o título das terras, seguem vulneráveis a processos de remoção. Ao comparar a comunidade com a cidade na qual ela se insere fica claro como a situação é destoante.

### **Considerações Finais:**

Ambas as cidades — Rio de Janeiro e Niterói — não tratam a questão da moradia como um direito da população e seguem com um tipo de planejamento que não contempla um expressivo contingente dos estratos mais baixos da classe trabalhadora. No entanto, elas têm políticas diferentes quanto a ação perante as comunidades, ou seja, o conflito se mostra em diferentes faces nesses dois casos. No Rio são incisivas as políticas contra a população, a saber, constante remoção em comunidades, abandono governamental em outras que carecem de infraestrutura básica, a legitimação da violência policial e das forças paralelas (o decreto 9.288 instituindo a intervenção federal na área de segurança pública) e realocação da população em locais distantes das centralidades, como é o caso do MCMV nos bairros das Vargens, Zona Oeste. Em Niterói, o executivo municipal tem orientado suas ações de forma mais sutil, mas não menos nociva. Fazendo-as por intermédio de um posicionamento que pode ser qualificado como omissivo; não estabelece as AEIS no seu plano diretor e permite a construção de grandes empreendimentos imobiliários em áreas historicamente destinadas a classe trabalhadora (como os empreendimentos imobiliários na Estrada Caetano Monteiro, Largo da Batalha); permite que se construam moradias em área de risco; e ainda, possui projetos urbanos e arquitetônicos prontos e não executa-os (como a própria comunidade Castro Alves, que teve um projeto realizado pela Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFF na década de 2000). Desse modo, a prefeitura se mostra uma ameaça perigosa, uma vez que age de maneira sutil e a população acaba desmobilizada. Vila Autódromo e Castro Alves ilustram bem essas duas perspectivas conflituosas: de um lado, uma comunidade fortemente ameaçada de remoção, inclusive com uso de violência e táticas desumanas para expulsar os moradores; do outro, o abandono do poder público, o que faz com que os próprios moradores tenham que agir para melhorias do lugar onde moram. Diante da análise do posicionamento dos dois municípios em relação à habitação popular, percebe-se o quão preocupante é a situação do trabalhador de baixa renda na cidade atual. Atitudes ofensivas ou omissivas ameaçam o direito à moradia dos moradores das comunidades e, em ambos os casos, invisibilizam sua luta. Esta situação mostra que, oferecer respaldo e assessoria técnica para essas comunidades e a troca de conhecimentos entre a universidade e os moradores é uma das principais maneiras de lutar contra as políticas que privilegiam as classes de maior renda e o mercado imobiliário.

### **Referência:**

ABREU, Maurício de Almeida; Sobre a memória das cidades. Rio de Janeiro, 1998. AUGÉ, Marc; Não Lugares - Introdução À Uma Antropologia da Supermodernidade; tradução: Maria Lúcia Pereira; Campinas - SP; Papirus 1994. BIENENSTEIN, Glauco; BIENENSTEIN, Regina; SOUSA, Daniel. Universidade e luta pela moradia. 1ª edição - Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017. COSTA, M. F. T.; Relato de Pesquisa: Experiências de resistência à remoção em territórios ocupados pela

população pobre nas periferias da cidade do Rio de Janeiro, 2018. KATUTA, Ângela Massumi; A(s) natureza(s) da cartografia. Paraná, 2013. OLIVEIRA, Fabricio Leal de; SÁNCHEZ, Fernanda; TANAKA, Giselle; MONTEIRO, Poliana. Planejamento e Conflitos Urbanos: experiências de luta. Letra Capital, Rio de Janeiro, 2016. SIMMEL, G., A natureza sociológica do conflito, in Moraes Filho, Evaristo (org.), Simmel, São Paulo, Ática, 1983. VAINER, Carlos. 2011. Megaeventos e a Cidade de Exceção. Reflexões a partir do Rio de Janeiro. XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro, ANPUR.

---